PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.

vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.

viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Cávado.

ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.

xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Cávado.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Cávado, neste ato representada pelo Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, António Cerqueira Vilela.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Cávado (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 49.557.044,95 euros.

2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 28.000.051,83 euros FEDER e de 16.564.865,33 euros FSE, que totalizam um montante de 44.564.917,16 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 1.137.500,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 2.974.452,79 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 880.175,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.

6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).

2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.

4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Cávado enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos

previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Cávado.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Guimarães, 5 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

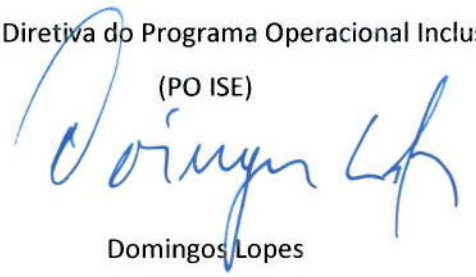
O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)



Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado

António Cerqueira Vilela

ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

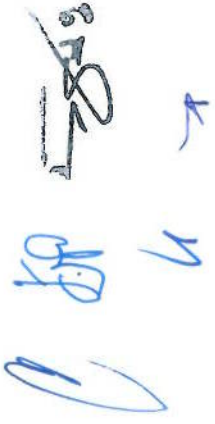
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Cávado

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	1.927.454,48				1.927.454,48
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020				880.175,00	880.175,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	9.129.610,05				9.129.610,05
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	PO SEUR			212.500,00		212.500,00
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			627.500,00		627.500,00
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos	PO SEUR			297.500,00		297.500,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		6.471.350,58			6.471.350,58
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	1.982.543,03				1.982.543,03
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		6.526.616,22			6.526.616,22
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		1.978.290,50			1.978.290,50
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		996.162,29			996.162,29
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	2.210.444,27				2.210.444,27
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		3.566.898,53			3.566.898,53
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	12.750.000,00				12.750.000,00
	Total	28.000.051,83	19.539.318,12	1.137.500,00	880.175,00	49.557.044,95
	Total PO NORTE	28.000.051,83	16.564.865,33			44.564.917,16
	Total PDR 2020				880.175,00	880.175,00
	Total PO SEUR			1.137.500,00		1.137.500,00
	Total PO ISE		2.974.452,79			2.974.452,79



ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Cávado

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Medida - Programa Operacional (Fundo)	Indicadores						
	Designação	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		Dotação Fundo Contratado
					2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	1	3	1.927.454,48
	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	83%	83%	100%	
	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Resultado	%	19,7%	19,7%	50%	
03.M04 - PDR 2020 (FEADER)	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	Realização	ha	0	400	500	880.175,00
	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	828.400	1.035.500	
04.03 - PO NORTE (FEDER)	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	4.403.694	17.614.777	9.129.610,05
	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235.365	233.645	226.765	
05.01 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	Realização	N.º	0	1	1	212.500,00
	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	Resultado	%	0	3%	10%	
05.02 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	Realização	N.º	0	580	1.160	500.000,00
	Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta	Resultado	%	0	5%	15%	
	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Realização	N.º	0	1	1	127.500,00
	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Resultado	N.º	0	6	6	
06.01 - POSEUR (Fundo de Coesão)	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação	Realização	N.º	0	408.851	408.851	297.500,00
	Grau de adesão do público-alvo da campanha /ação	Resultado	%	0	10%	20%	
08.03 - PO NORTE (FSE)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	518	863	6.471.350,58
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	16	79	1.982.543,03
	Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	22	111	
09.01 - PO NORTE (FSE)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	1.566	2.611	6.526.616,22
	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
09.01 - PO ISE (FSE)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Realização	N.º	0	114	303	180.540,50
	Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Resultado	%	-	70%	90%	
	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Realização	N.º	0	79	212	1.797.750,00
	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	Resultado	%	-	70%	90%	
09.04 - POISE (FSE)	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	2	6	996.162,29
	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	-	70%	90%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0	2	9	2.210.444,27
	Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	-	2%	5%	
10.01 - PO NORTE (FSE)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	3.566.898,53
	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	-	7.650	12.800	
10.05 - PO NORTE (FEDER)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	590	2.361	12.750.000,00
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	82,39%	83,09%	
Total Geral							49.557.044,95

ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-011

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

Morada (Sede Social)

RUA DO CARMO Nº 29

Código Postal	Localidade
4700-309	BRAGA
NUT III	**NUT II**
Cávado	Norte
Telefone	**E-mail**
253201360	geral@cimcavado.pt
Telefax	**URL**
253201369	

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Luis Manuel Machado Macedo	253201360
Cargo Responsável	**Telemóvel Responsável**
1º Secretário do SEI	
Serviço/Departamento	**Email Responsável**
Secretariado Executivo Intermunicipal	luismachado@cimcavado.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A Comunidade Intermunicipal do Cávado constitui a NUT III do Cávado, e engloba os concelhos de Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. A CIM do Cávado resulta do novo enquadramento legal determinado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido constituída por escritura pública outorgada em 30 de Outubro de 2008.
A NUT é estruturada pela bacia do Rio Cávado e desenvolve-se no sentido Sudoeste e Nordeste, confinando com o mar e com Espanha. É um território heterogéneo, integrando concelhos muito rurais junto ao mar, até concelhos muito rurais de montanha junto à fronteira, passando por concelhos muito urbanos e densos como Braga. Com uma área total de 1245,8 Km2 e 265 freguesias, compreendia em 2001 uma população residente de cerca de 393 mil pessoas. Esta associação prende os seus interesses sobretudo no desenvolvimento territorial da região do Vale do Cávado.
A CIM do Cávado tem por objectivo conjugar, promover e articular interesses comuns aos municípios associados, na área dos serviços colectivos de proximidade, e dos investimentos municipais ao nível de:
a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos Fundos Estruturais e de Investimento
d) Planeamento das actuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

A CIM Cávado celebrou com o ON.2 o Novo Norte no âmbito do QREN um contrato de delegação de competências com subvenção global no montante de 73 420 360 euros, para execução do Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado com investimentos em todo o território.
Em termos de execução, a CIM Cávado conheceu sempre bons índices de execução e, atualmente, é a NUT III da Região Norte com a mais alta taxa de encerramento de projetos, o que demonstra a capacidade de gestão, execução e implementação de operações deste organismo intermédio.

Para além disso, a CIM Cávado desenvolve igualmente projetos de interesse intermunicipal em diferentes temáticas como a formação profissional, o turismo, a valorização de recursos ambientais e patrimoniais, as TIC, a energia, entre outras, em parceria com os seus municípios assim como com outros atores regionais e nacionais relevantes.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
E111111111	Junta de Agricultores do Regadio de S. Bartolomeu, Pereira e Monte Chão	Valorização dos recursos florestais
E111111112	Junta de Agricultores do Regadio de Perreiro e Além d' Água	Valorização dos recursos florestais
E111111113	Junta de Agricultores de Samo e Banho	Valorização dos recursos florestais
E111111114	Junta de Agricultores do Outeiro	Valorização dos recursos florestais
E111111115	Junta de Agricultores do Regadio de Ribeiros de Souto ou Paços e Sancho	Valorização dos recursos florestais
E111111116	Junta de Agricultores do Regadio da Quinta do Dias	Valorização dos recursos florestais
E111111117	Junta de Agricultores do Regadio do Rego do Eiro	Valorização dos recursos florestais
E111111118	Junta de Agricultores do Regadio de Forge e do Poços	Valorização dos recursos florestais
E111111119	Junta de Agricultores do Regadio de Ilhó	Valorização dos recursos florestais
E111111010	Junta de Agricultores do Regadio de Meia Pia e Olheiro	Valorização dos recursos florestais

E111111011	Junta de Agricultores do Regadio da Levada de Escatela	Valorização dos recursos florestais
E111111012	Junta de Agricultores do Regadios Levada do Paulinho	Valorização dos recursos florestais
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	IPDJ	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
510089224	IPDJ	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Cávado

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial
Situação atual do território

1 Competitividade
Do ponto de vista económico e estrutural, a situação do Cávado face à Região Norte e ao país não se alterou substancialmente. Em termos de PIB regional, representava em 2000 cerca de 3% do PIB nacional, mantendo sensivelmente essa quota em 2012 (dados provisórios mais recentes das Contas Regionais). Em termos de PIB per capita, observa-se uma progressão ligeiramente mais visível, passando de um valor de 73,4% do PIB per capita do Norte para 77,4% em 2011, com oscilações ligeiras ao longo da década, atingindo o valor de 77,6% em 2009. O comportamento tenuemente crescente do produto per capita sugere que o território do Cávado no seu conjunto não alterou significativamente o valor relativamente baixo da sua produtividade (PIB/Emprego total) e assim é efetivamente: em 2000, o Cávado apresentava um nível de produtividade (VAB/Emprego total) muito baixo em relação à média nacional (cerca de 80 % da média nacional), sendo tal valor de 75% em 2011.
O território do Cávado assenta o perfil de especialização produtiva na IT essencialmente nas duas tipologias mais vulneráveis de fatores de competitividade: a ³intensidade em recursos naturais e em mão-de-obra´ o que é compatível com os valores atrás encontrados para a produtividade (VAB/Emprego total). Braga e

Amares apresentam uma situação mais positiva, já que consegue valores superiores ou iguais em termos de quota de emprego nos fatores de competitividade ³economias de escala´ e ³diferenciação do produto´
O caminho para a afirmação competitiva do Cávado parece passar, assim, por um processo de consolidação de alguns ³clusters´ regionais. Tendo em conta a especialização produtiva do Vale do Cávado e o perfil das atividades emergentes, parece pertinente falar de dois clusters relevantes na região: um no domínio das TIC (ligado, sobretudo, ao software e processamento de dados), que tenderá a concentrar-se no eixo Braga -Vila Verde; e, outro, no domínio do turismo que tenderá a girar em torno do eixo que se estende desde o Parque Natural da Peneda -Gerês até Esposende.

2 Inclusão Social
O nível crescente do desemprego a que se tem assistido, desde 2009, marca de forma decisiva o diagnóstico social do Cávado, e é alvo de atenção particular neste ponto do relatório.
Em 2011, a taxa de desemprego era de 12.8% e o número de desempregados recenseados era de 25.980 indivíduos (INE, Censos 2011). Estes valores posicionavam o Cávado numa posição intermédia face às diversas NUT III que compõem a Região Norte, que em termos de ranking era liderada pelo Grande Porto, com uma taxa de desemprego de16.1%. Relativamente ao retrato do desemprego nos diferentes concelhos, é notória a posição mais extremada de Esposende e Terras do Bouro, que apresentam, respetivamente, a taxa mais baixa e a mais alta, enquanto os restantes concelhos constituem um grupo com taxas similares.
A análise da evolução do desemprego no Cávado, no período de 2008 a 2012, (Inquérito ao Emprego) indica uma inversão da posição relativamente positiva face à Região Norte, referida anteriormente ao ano 2011. A dinâmica de perda de emprego no Cávado é substancialmente superior à tendência nacional e regional, e além disso a diferenciação territorial apresenta contornos mais vincados. A posição de desalinhamento dos concelhos de Esposende e Terras do Bouro, face à tendência dominante da NUT III, é amplamente reforçada. Alargando a análise aos inscritos para o ano mais recente em que há dados disponíveis do IEFP (Dezembro de 2013), constata-se o recuo do número de desempregados e ao abrandamento da velocidade da perda de emprego, que é superior às tendências nacional e regional.
Relativamente às características dos desempregados inscritos em 2013, o primeiro aspeto a relevar é a duração do desemprego e a importância do desemprego de longa duração (> 1 ano), que atinge praticamente metade dos desempregados do Cávado inscritos nos Centros de Empregos (47%). O segundo aspeto relaciona-se com a proporção de desempregos jovens (< 25 anos) que é claramente superior, em todos os concelhos, à que se verifica no Continente e na Região Norte, particularmente em Barcelos, Amares e Esposende. Quanto à escolaridade dos desempregados, o Cávado apresenta uma situação globalmente mais positiva do que a registada na Região Norte e no Continente, mas ainda assim 61% dos inscritos têm nove ou menos anos de escolaridade.
Além do desemprego, outros fatores contribuem para o aumento do risco de pobreza e exclusão social. A própria situação de crise, a restrição nas transferências sociais e a diminuição dos salários, já de si dominantemente baixos, e a precariedade do trabalho, agudizam a debilidade económica e financeira das famílias, incluindo as famílias em que o agregado é composto maioritariamente por indivíduos com trabalho.
Atente-se no indicador relativo ao rendimento social de inserção (Beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa, entre 2008 e 2012, por município), para compreender a incidência de fenómenos mais graves.
Apesar de os indicadores relativos à população isolada indicarem uma tendência de integração dos mais velhos no seio das famílias ou em enquadramento institucional, que é superior à realidade dos panoramas nacional e regional, a questão do envelhecimento demográfico coloca novos desafios à organização social e familiar.
Ao nível do setor da saúde, o Cávado apresenta uma situação de desfavor quando comparada com a Região Norte e ainda mais com o Continente, no que se refere aos recursos humanos por habitante, estando patente a forte concentração nos centros urbanos.

3 Capital humano
Do ponto de vista demográfico, o Cávado continua a evidenciar uma situação comparativa com o Continente e Região típica de um território demograficamente ainda vivo ± o crescimento natural é de 4,1%. Porém, do ponto de vista da variação da população residente (2001-2011), há dois concelhos (Barcelos e Terras do Bouro) com diminuição da população. Combinando a informação do crescimento da população residente e do saldo natural, conclui-se que o Cávado é globalmente um território com capacidade de atração de população na última década relativamente baixa, no qual só Braga apresenta uma taxa de atração significativa. Compreensivelmente, só Terras de Bouro apresenta índice de população com mais de 65 anos superior à Região e Continente.
Em matéria de taxas de escolarização, o território do Cávado tem vindo a revelar uma progressão apreciável. O Cávado apresenta ainda valores comparativamente mais favoráveis do que o Continente e a Região em

matéria de retenção e desistência no ensino básico (todos os concelhos têm melhores resultados) e de conclusão e transição no ensino secundário regular (apenas Terras de Bouro apresenta uma taxa inferior à do Continente). Segundo o diagnóstico realizado, as principais causas do abandono (e do insucesso) escolar no Cávado estão relacionadas com as oportunidades de trabalho para mão-de-obra pouco qualificada, a debilidade das condições materiais de algumas famílias, a excessiva padronização do ensino e a fraca diversidade da oferta educativa face à diversidade socioeconómica e territorial.
Alguns dos desequilíbrios no mercado de trabalho estão relacionados com o desajuste entre a oferta e a procura de qualificações na região, aspeto que é demonstrado pelo facto de muitos dos desempregados jovens terem formação superior (em proporção que excede a média nacional). Como referimos, e apesar da evolução registada em anos recentes, as atividades económicas ainda denotam uma especialização em setores tradicionais e intensivos em mão-de-obra, com menos exigências de qualificação, mas também se deve registar o peso de diplomados em domínios de menor empregabilidade nas atividades dominantes ou emergentes, como é o caso das formações na área da educação (quase 20% do total).
Mas as questões do capital humano colocam-se igualmente ao nível dos ativos. O modelo produtivo intensivo em mão-de-obra é muito vulnerável à concorrência, sobretudo, se analisarmos os indicadores de produtividade da região. O aumento significativo dos índices de desemprego nos últimos anos implica, atualmente, a existência de um número relevante de desempregados que necessitam de ser reconvertidos profissionalmente, adquirindo novos conhecimentos e desenvolvendo novas competências que os capacitem para um reingresso no mercado de trabalho.

4 Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
Existem diversas situações de risco natural na Região, designadamente incêndios florestais, erosão costeira, precipitações intensas de curta duração e ocupação de leitos de cheia, movimentos de massa em zonas de forte declive e sismos. Alguns fenómenos têm-se agravado, como é o caso dos fogos florestais (onde causas naturais e humanas se associam à fragilidade dos mecanismos de ordenamento, gestão, prevenção e combate). Embora o número de incêndios pareça estabilizado, a área ardida aumentou significativamente nos últimos trinta anos, mostrando fenómenos de maior dimensão e com consequências mais gravosas em termos económicos, sociais e ambientais.
O domínio da eficiência energética tem sido sobretudo objeto de intervenção, inclusivamente da CIM e da Agência de Energia do Cávado, ao nível dos edifícios e serviços públicos (equipamentos e iluminação pública), bem como, a nível nacional, na criação de uma rede de abastecimento de veículos elétricos. Ao nível dos edifícios e iluminação pública que os indicadores no Cávado mais se aproximam da média nacional. É de notar ainda que, em termos de consumo interno regional, a evolução tem vindo a inverter-se, com alguma redução, o que resulta, muito provavelmente, da combinação de efeitos das melhores práticas comportamentais e da introdução de soluções de eficiência energética nos últimos anos, como referimos, mas também da crise económica, que impôs algum racionamento nos consumos. Importa, portanto, dar continuidade a este esforço através de políticas mais ativas no sentido de difundir este tipo de soluções numa lógica mais abrangente, seja pública (que implica novos modelos de planeamento territorial, de urbanismo e de transportes e mobilidade), seja privada (introduzindo práticas responsáveis de consumo e tecnologias limpas, especialmente na indústria).

Análise SWOT

Principais Oportunidades	Principais Ameaças
Matriz cultural com uma grande diversidade de recursos patrimoniais e riqueza do Cávado como território de caminhos.	
Apreciável progressão das taxas de escolarização.	
Agricultura competitiva, com potencial de efeito de demonstração de novos modelos de negócio	

Efeitos da crise financeira no desemprego de longa duração e pressão sobre as despesas de ação social dos municípios.

Sobrepeso da construção civil na estrutura produtiva regional, com vulnerabilidade face ao processo de alteração no padrão de afetação de recursos na economia portuguesa.

Disparidades internas.

Vulnerabilidade a efeitos locais de alterações climáticas e tendência de agravamento da incidência de fogos florestais.

Programação 2014-2020 com exigências de engenharia de projeto para as quais os municípios apresentam um baixo índice de preparação.

Principais Pontos Fortes

População jovem.

Massa urbana significativa e atrativa, interagindo com proximidade de excelência ambiental.

Diversidade e pujança do tecido associativo local, fator de preservação de capital social.

Áreas protegidas de forte interesse para a biodiversidade e paisagem: PNPG e PNLN.

Dinâmica artística e criativa de base urbana, com segmentos jovens da população.

Importância do tecido rural, riqueza dos recursos naturais, qualidade dos produtos agroalimentares e das práticas e tradições culturais.

Principais Pontos Fracos

Mercado de trabalho não absorve grande número de pessoas qualificadas.
Baixo nível de produtividade do trabalho e perfil de baixa intensidade tecnológica.

Insuficiente aproveitamento dos investimentos infraestruturais em matéria de ciclo urbano da água.

Território rural com desequilíbrios de mobilidade e deficiente oferta de serviços coletivos de proximidade

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Desafios
1. Como obter resultados na qualificação e na transformação da base produtiva do Cávado, no quadro das competências e experiência da CIM e dos municípios, tendo em conta o quadro limitado de PI abrangidas pelo ITI?
2. Transformação do paradigma de investimento municipal no quadro da programação 2020 ± focagem em resultados, quadro mais limitado de intervenção, necessidade de coordenação e intervenção supramunicipal.
3. Criação de condições organizativas e de capacitação para um novo ciclo de afirmação da CIM Cávado, na qual assenta a responsabilidade maior pela implementação do Pacto (e da EIDT).
4. Acesso pelos municípios e pela CIM Cávado ao PO Temático SEUR que contém linhas de intervenção relevantes para a estratégia.
5. Coordenação e governação multinível exigida pelo relacionamento entre a EIDT Cávado 2014-2020 e os DLBC rurais, costeiros e urbanos.
6. Formação de recursos humanos e de qualificações no quadro da sua relação com as necessidades futuras e a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho.

Fatores Críticos de Sucesso
1. Reforço da capacidade de engenharia de projeto pelos municípios.
Por reforço de competências internas ou pela aposta em assessorias técnicas, reduzindo a intensidade da dimensão infraestrutural e introduzindo as dimensões da sustentabilidade financeira, da formação de competências, de públicos e de capacitação para a gestão dos mesmos.
2. Capacitação de instituições e de públicos envolvidos nos domínios mais inovadores da programação.
O ITI é de natureza restrita e o seu sucesso não se pode medir apenas por referência aos seus resultados, mas no contributo para a concretização da EIDT. A programação suscita necessidades acrescidas de integração de distintos instrumentos de política, envolvendo agentes diversificados e apelando para necessidades particulares de capacitação das entidades e públicos envolvidos. A EIDT Cávado dedica a essa capacitação uma prioridade estratégica, equacionada em estreita articulação com a modernização administrativa e de governo local eletrónico. Este é um aspeto central e um fator crítico para o sucesso a que este Pacto deve dar resposta.
3. Capacitação técnica e organizativa da CIM Cávado para a governação do Pacto no quadro da EIDT. Uma parte significativa do êxito da implementação do ITI reside no modo como a CIM responder às novas funções que lhe caberão no desenvolvimento do território, matéria indissociável do modo como os municípios compreenderem as vantagens de partilharem os benefícios da capacitação técnica e organizativa que é exigida.
4. Condições técnicas e organizativas para a monitorização e acompanhamento da implementação do ITI Cávado.
A programação Portugal 2020 impõe novas exigências de fundamentação de projetos e de produção de resultados. Isso determina que a monitorização das intervenções e o acompanhamento da concretização das prioridades sejam um fator crítico de sucesso. A proposta de modelo de gestão e organização, apresentada noutro capítulo, dá conta do modo como se antecipa esse fator nesta proposta de Pacto.
5. A integração do ITI com as intervenções temáticas do POCI, POCH, POSEUR, POISE e EP 1 e 2 do POR Norte no território do Cávado.
As limitações temáticas do ITI, a amplitude da ambição da EIDT e as características do modelo territorial e de desenvolvimento específico do Cávado apelam para uma maximização de instrumentos de política, designadamente na aplicação dos PO Temáticos.

Estratégia
Objetivos e vocação específica do ITI

A preparação deste ITI incorporou a gestão da incerteza associada à definição tardia da programação, através de uma metodologia que privilegiou a interação com os municípios (e outras entidades), de modo a atualizar a informação disponível e a adaptar o exercício às oportunidades de cofinanciamento e respetivas prioridades, processo que viria a ficar mais definido apenas com o conhecimento das condições do convite à submissão dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).
Nas condições presentes, e embora o PDCT mantenha um elevado alinhamento estratégico e operacional com a EIDT Cávado 2020 e contribua de forma inequívoca para a consolidação de parcerias de cooperação entre os municípios e outras entidades e para a geração de projetos intermunicipais, o perímetro de intervenção do ITI Cávado é limitado, e não muito homogéneo, se tivermos em conta as prioridades estratégicas e as linhas de intervenção definidas na EIDT.
Desta forma, pode dizer-se que a vocação específica do ITI é de natureza instrumental: contribuir para a

concretização da EIDT, mobilizando investimentos integrados, da esfera e em áreas de intervenção predominantemente municipal ou de parcerias com participação dos municípios, e planeados na perspetiva supramunicipal. É essa relação de contributo para a EIDT que tentaremos evidenciar neste ponto.

Alinhamento estratégico:
A EIDT Cávado 2020 ambiciona incutir nos municípios um novo paradigma de investimento municipal e de escolhas públicas locais, assim como incorporar nas políticas municipais o relacionamento em rede, a cooperação com outras entidades e atores regionais, projetando o território do Cávado para um nível de desenvolvimento económico e social compatível com a mais-valia dos ativos materiais e imateriais aí localizados. Ora, deste ponto de vista, o ITI Cávado, configurado como um ""pacto"" contribuirá de forma muito clara para esta missão.
Já do ponto de vista do contributo para uma visão do Vale do Cávado em 2020 que é assumida na EIDT, o Pacto contribui de forma algo fragmentada, sobretudo nas seguintes dimensões:
i. Valorizar a relação de excelência e de proximidade entre o urbano, o rural e as mais-valias ambientais, gerando um poderoso fator de diferenciação e inimitabilidade do território (PI 4.3; 5.1; 5.2; 6.1; 3.4 PDR)
ii. Apostar no capital de juventude existente no território como o principal fator de rejuvenescimento e fortalecimento da capacidade de iniciativa instalada (PI 8.3; 8.8; 10.1; 10.5)
iii. Consolidar o papel do movimento associativo, rico e diversificado, como fator de preservação e valorização do capital social no território e principal antídoto contra os fenómenos de desagregação social suscitados pela crise económica (PI 8.3; 8.8; 9.1; 9.7; 10.1; 3.4 PDR)
iv. Assumir a empregabilidade como uma prioridade de organização de redes e parcerias no território (PI 8.3;8.8; 10.1)
v. Adotar a consolidação de redes interinstitucionais e plataformas de cidadania como modelo privilegiado de geração e monitorização das dinâmicas e dos projetos estruturantes para a região (PI 2.3; 8.3; 8.8; 9.7)

Alinhamento operacional:
Pela sua dimensão operacional, o Pacto estabelece pontos de ancoragem em todas as 5 prioridades estratégicas (PE) definidas no âmbito da EIDT-Cávado 2020, embora nalguns casos essa ancoragem seja apenas potencial e pontual:
PE.1 | Maximizar os efeitos da localização do território do Cávado no coração do ecossistema de inovação organizado em torno da Univ. do Minho e do sistema produtivo que com ela interage.
A questão da competitividade regional não é nuclear no ITI, podendo considerar-se apenas marginal. Esta é uma opção da programação, e não de natureza estratégica, cabendo a outros instrumentos de intervenção esse papel decisivo. Ainda assim, pode considerar-se que a as PI 8.3/8.8 podem dar um contributo para a competitividade, designadamente no quadro de atividades económicas menos alinhadas com o segmento tecnológico e mais com a valorização de recursos culturais e ambientais, que a EIDT considera "fatores decisivos de inimitabilidade do território". Desse ponto de vista, sobretudo pela importância que podem assumir em áreas rurais, é possível gerar sinergias virtuosas com o investimento ao abrigo da Medida 4 do FEADER, também prevista no ITI.
PE.2 | Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego.
No quadro desta PE, especialmente dos seus objetivos específicos de promover um pacto para a empregabilidade, de valorizar o potencial integrador dos territórios locais e de fomentar o empreendedorismo, encontra-se o foco mais significativo de contributo do Pacto para a EIDT. Implica a mobilização das PI integradas nos OT 8, 9 e 10, que, conjuntamente com a intervenção de natureza mais setorial e a que está prevista em DLBC rural, congregam a quase totalidade dos apoios disponíveis para a região.
PE.3 | Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado.
O domínio da coesão social é também matéria na qual o ITI terá um contributo importante, embora de âmbito muito restrito face à dimensão e diversidade dos desafios e das apostas da EIDT. Este contributo resulta do apoio a medidas de inclusão ativa (PI 9.1), de acesso a serviços e atividades sociais (PI 9.4) e reconversão e refuncionalização de alguns equipamentos sociais (PI 9.7). Neste domínio, muita da intervenção a realizar na região passará por outros instrumentos, designadamente os que estarão disponíveis no âmbito da política urbana (regeneração urbana, comunidades desfavorecidas) ou dos DLBC.
PE.4 | Valorizar a qualidade do património natural, ambiental e cultural como ativo diferenciador do território e da oferta turística.
Esta PE tem, no quadro da EIDT, um lema: "Cávado - eficiência e sustentabilidade na transição para um território de excelência e de baixos níveis de emissão de carbono". As PI mobilizadas (4.3, 5.1, 5.2, 6.1 e Medida 4 FEADER) contribuem sobretudo para os eixos desta PE que apostam na transição para uma economia de mais baixo carbono e na adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos, deixando no

entanto de fora alguns temas decisivos para os objetivos definidos: a mobilidade, a qualificação e interpretação do património natural e cultural e a eficiência energética nas empresas e no setor da habitação. Para além da importância que a regeneração urbana e a política de mobilidade sustentável assumem, fora do quadro deste ITI deve manter-se também especial atenção à valorização do património, em que a perspetiva do turismo será predominante.
PE5. Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estádio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local.
Este PE tem uma matriz mais transversal, que na EIDT se designa por "Cávado - um território de redes para o futuro" e se evidencia em diversos eixos, entre os quais se encontra "Consolidar e aprofundar níveis de acesso online a serviços municipais e intermunicipais"
De uma forma muito objetiva, é apenas neste domínio que há uma intervenção explícita ao abrigo do ITI (PI2.3), embora se possam referir os contributos deste Pacto para o fortalecimento da Agência de Energia, a estruturação de redes, a prestação de serviços em áreas de baixa densidade ou o lançamento de um pacto para a empregabilidade, quanto mais não seja pela congregação das entidades relevantes em cada um desses âmbitos em torno do ITI. Os investimentos propostos no âmbito da PI 2.3 são importantes para o alcançar dos objetivos desta PE, uma vez que a inovação tecnológica é constante, possibilitando aos municípios potenciarem a sua ação, através da utilização de sistemas de informação e outras soluções integradas, designadamente ao nível da organização interna, da digitalização de toda a informação e da criação de serviços digitais para o cidadão.

Objetivos do ITI
De uma forma sintética, os objetivos gerais e específicos do Pacto são os seguintes:
Eixo do ITI: 1 - Eficiência energética (PI 4.3)
Objetivos estratégicos: Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono. Objetivos específicos: Apoiar a eficiência energética nas infraestruturas públicas
Eixo do ITI: 2 - Valorização do território e do ambiente (PI 5.1, 5.2, 6.1, M4 FEADER)
Objetivos estratégicos: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; Promover a utilização eficiente dos recursos; Promover a educação e sensibilização ambiental.
Objetivos específicos: Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas; Reforçar a gestão dos riscos, capacitando as instituições envolvidas; Promover a educação e sensibilização ambiental no domínio dos RSU; Melhorar as infraestruturas coletivas para a agricultura.
Eixo do ITI: 3 - Emprego (PI 8.3 e 8.8)
Objetivos estratégicos: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego.
Objetivos específicos: Apoiar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas e inativas; Desenvolver uma rede de viveiros de empresas.
Eixo do ITI: 4 - Inclusão social (PI 9.1, 9.4 e 9.7)
Objetivos estratégicos: Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; Melhorar o acesso a serviços sociais.
Objetivos específicos: Apoiar medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco; Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; Potenciar parcerias de caráter inovador para intervenção social; Qualificar e adequar a rede de equipamentos e infraestruturas sociais; Melhorar acesso a serviços sustentáveis e de qualidade
Eixo do ITI: 5 - Educação e acesso ao ensino (PI 10.1, 10.5)
Objetivos estratégicos: Melhorar as condições de acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Objetivos específicos: Promover o sucesso educativo; Reduzir e prevenir o abandono escolar; Promover a igualdade no acesso ao ensino; Complementar a rede de equipamentos de educação pré-escolar e ensino básico.
Eixo do ITI: 6 - Modernização da administração local (PI 2.3)
Objetivos estratégicos: Melhorar o acesso aos serviços públicos, bem como a sua utilização e qualidade
Objetivos específicos: Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais; Melhorar a eficiência interna da administração pública.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O ITI tem a natureza de um Pacto interinstitucional, demonstrada através de dois mecanismos formais e de um outro que resultará das dinâmicas:

1. Acompanhamento e articulações estratégicas

A este nível estamos no âmbito da própria implementação da EIDT e da mobilização de instituições-chave na NUTS Cávado e na Região do Norte. Na secção referente ao modelo de governação proposto retoma-se este aspeto.

Pode, desde já, invocar-se a importância dada ao Conselho Estratégico para o Desenv. Intermunicipal em matéria de acompanhamento e monitorização, e enquanto fórum de concertação e articulação do Pacto com outros instrumentos de concretização da EIDT (DLBC, pacto para a empregabilidade, operações estruturantes no domínio da competitividade, etc.).

Conforme proposto na EIDT, este envolvimento será materializado através de Grupos de Trabalho Temáticos - admitindo-se como mais relevante a criação de GTT para a inclusão social; educação e qualificações; emprego e empregabilidade (grupo a constituir no quadro do pacto para a empregabilidade do Cávado); e ambiente e gestão de riscos. As entidades envolvidas, quer no âmbito global do CEDI, quer em cada um dos GTT, estavam identificadas na própria EIDT.

2. Implementação das ações

Trata-se do envolvimento de parceiros na implementação das operações que integram o plano de ação, que é uma forma muito poderosa de consolidar a concertação e o compromisso como modelos de trabalho privilegiados.

Embora o âmbito temático do Pacto seja relativamente limitado, e o modelo seja essencialmente de matriz pública local - ou seja, do âmbito de intervenção das autarquias -, há muitos casos de corresponsabilização explícita de entidades parceiras pela implementação de alguns projetos, conforme especificamos na secção sobre o modelo de governação: CIM Cávado, Municípios, Empresas Municipais, Agência de Energia, Juntas de Freguesia, Associações (de Agricultores, Empresariais e outras), IPSS, IEFP, entidades de ensino (Universidade, Politécnico e Agrupamentos de Escolas). Em especial, realça-se que há algumas linhas que não correspondem a áreas tradicionais de intervenção municipal, em que é decisiva a participação de entidades parceiras. Trata-se, sobretudo, de ações no quadro do Eixo 3 (Emprego): políticas ativas de emprego (com o IEFP) e rede de promoção do empreendedorismo no Cávado (com a InvestBraga, o Instituto Empresarial do Minho e a ACI Barcelos).

3. Envolvimento da comunidade

Uma parte importante dos recursos mobilizados destina-se a intervenções que têm como destinatários finais algumas comunidades (segmentos desfavorecidos da população, como idosos ou desempregados, população escolar, e mesmo a população em termos gerais) ou cuja utilidade se revelará através do serviço que, em última instância, algumas instituições ou classes profissionais prestam ± como são exemplos a atividade das corporações de bombeiros, as IPSS em geral ou os professores.

O sucesso das operações a desenvolver depende do grau de adesão destes destinatários ou intermediários - o que é, desde logo, demonstrado pela maior parte dos indicadores de resultado adotados - pelo que será responsabilidade, e uma prioridade, tanto da CIM/Municípios, quanto dos parceiros formais, envolver devidamente tais pessoas ou entidades. As ações de comunicação, as metodologias participativas e o envolvimento dos destinatários na avaliação das intervenções serão, por isso, práticas permanentes ao longo da implementação.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

Relativamente a cada uma das recomendações formuladas:

(1) Assegurar a criação de mecanismos que garantam o envolvimento de um leque mais alargado de entidades relevantes para algumas das dimensões prioritárias da estratégia, não descurando a pertinência de canais complementares para o envolvimento de atores, nomeadamente, através de consultas escritas.

Nos domínios restritos de intervenção do ITI, conforme se destaca numa secção anterior desta memória descritiva, procurou robustecer-se este conjunto de mecanismos.

(2) Considerar a ligação e ativação de redes económicas e sociais de maior amplitude geográfica na operacionalização da estratégia.

O processo de preparação do Pacto, e designadamente o mapeamento necessário para enquadramento da intervenção em algumas PI, permitiu envolver mais explicitamente algumas entidades de natureza regional (Norte) - educação, segurança social, emprego, cultura, saúde, proteção civil, agricultura, entre outras. Importa referir que a falta de disponibilidade de algumas destas entidades foi um sério obstáculo a um aprofundamento deste trabalho.

(3) Assegurar uma maior especificação do sistema de indicadores de monitorização, nomeadamente, ao nível da identificação de valores-base e da quantificação de metas.

Para as linhas de ação cobertas pelas PI mobilizadas é apresentado um quadro detalhado de indicadores e metas específicas, incluindo a sugestão de indicadores alternativos nos casos em que os indicadores dos PO financiadores não são adequados.

(4) Conectividades
(Não aplicável).

(5) Reforçar a preocupação com a coesão interna do território do Cávado, dada a sua heterogeneidade económica, social e da rede urbana.

Esta é uma questão-chave que o diagnóstico revela. O Pacto foi preparado através de um processo iterativos que envolveu CIM; Municípios e algumas entidades regionais e locais, ao longo do qual se identificaram as áreas territoriais mais desalinhadas com indicadores médios e com as metas, tentando, num quadro de equilíbrio na afetação de recursos financeiros, dar resposta à questão.

(6) Acompanhar as dinâmicas de evolução do subsistema urbano da sub-região e o seu papel na estruturação e desenvolvimento dos territórios envolventes...

Do ponto de vista da monitorização está assegurada uma articulação entre as intervenções relevantes neste domínio - mesmo tendo em conta que o âmbito da intervenção ao abrigo da ITI é bastante limitado. De qualquer forma, as propostas com maior implicação em termos de funções urbanas (equipamentos) reforçam as principais centralidades e o modelo territorial.

(7) Articulação de planos territoriais. (Não aplicável).

(8) Plano de mobilidade sustentável. (Não aplicável).

(9) Acompanhar as iniciativas municipais de intervenção na área da regeneração e revitalização urbanas e intervenções em comunidades urbanas desfavorecidas, incluindo ao nível de processos de capacitação de atores e de aprendizagem em rede.

Embora não haja uma relação direta, algumas das intervenções ao abrigo deste ITI (eficiência energética em equipamentos públicos, equipamentos sociais, inclusão social, emprego e empreendedorismo) incidem em áreas urbanas, designadamente nos centros urbanos de Braga e Barcelos, e mobilizam redes institucionais e de atores que participam em vários processos em simultâneo. A monitorização de dinâmicas deverá, por isso ser abrangente.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

Tendo em conta as linhas de intervenção definidas no âmbito deste Pacto, os seus contributos relevantes situam-se ao nível do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo, nos termos da Estratégia Europa 2020.

No quadro do c. sustentável, este ITI é sobretudo relevante no que respeita às dimensões de criação de uma economia de baixo teor de carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos (intervenção no âmbito do seu Eixo 1) , bem como da proteção do ambiente (através do Eixo 2, incluindo contributos para a redução de emissões e proteção da biodiversidade). Contribui, portanto, para duas das três metas europeias (diminuição de emissões de gases de efeito estufa e incremento da eficiência energética).
Do ponto de vista económico, estas intervenções protegem e valorizam alguns dos recursos e setores mais relevantes na região (floresta, água, agricultura), para além de significarem, através das medidas de promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas, uma efetiva economia na administração local.
O valor social desta dimensão da intervenção (e também, em certa medida, do Eixo 6) é indiscutível: libertação de recursos financeiros para equilíbrio dos orçamentos municipais, melhor serviço às populações, melhor qualidade ambiental, valorização do mundo rural e proteção de bens e pessoas.

Em termos de c. inclusivo, as intervenções previstas estão em linha com a maior parte das dimensões definidas a nível europeu: aumentar a taxa de emprego, criando mais e melhores empregos (Eixo 3); ajudar as pessoas de todas as idades a antecipar e a gerir a mudança investindo na aquisição de competências e na formação (Eixo 4 e Eixo 5); e também, de forma mais transversal, assegurar os benefícios do crescimento em todas as regiões da UE. Neste caso, há contributos para todas as metas europeias: (i) aumentar para 75% até 2020 a taxa de emprego na faixa etária dos 20 aos 64 anos, inserindo mais pessoas no mercado de trabalho, especialmente as mulheres, os jovens, os trabalhadores mais idosos ou pouco qualificados e os migrantes legais; (ii) aumentar os níveis de sucesso escolar, reduzindo as taxas de abandono escolar para níveis inferiores a 10%; e (iii) reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.
A valia social da intervenção é muito evidente, quer pela intensidade e transversalidade dos apoios a iniciativas de inclusão (emprego, atividades socialmente úteis, qualificação escolar), quer pela focagem em certos segmentos da população (jovens em idade escolar; idosos, através de iniciativas favorecedoras do envelhecimento ativo; e desempregados, são os exemplos mais claros). Também o valor económico é evidente, não só numa perspetiva "passiva" - isto é, menos desempregados e mais ativos - como pela melhor mobilização de conhecimentos e competências, designadamente em atividades do terceiro setor, úteis para a sociedade e pela criação de instrumentos de apoio ao empreendedorismo social e de valorização de recursos locais/endógenos.

Finalmente, importa relevar também a natureza colaborativa do próprio processo de preparação e implementação do Pacto, que contribuirá para elevar a Região a novos patamares de cooperação interinstitucional.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O programa de ação está estruturado em 6 (seis) eixos, com a numeração e designação a seguir explicitada: Eixo E1: Eficiência energética Obj. estratégico: Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono Obj. específico: Apoiar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas Principais resultados: Redução de consumo de energia nos edifícios e infraestruturas públicas PI a mobilizar: 4.3 Eixo E2: Valorização do território e do ambiente Obj. estratégico: Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão de riscos, a utilização eficiente dos recursos e a educação e sensibilização ambiental. Obj. específicos: Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas; Reforçar a gestão dos riscos, capacitando as instituições envolvidas; Promover a educação e sensibilização ambiental no domínio dos RSU; Melhorar as infraestruturas coletivas para a agricultura. Principais resultados: Incremento dos níveis de prevenção e proteção das populações e bens; Diminuição da quantidade total de RSU depositados em aterros; Aumento da superfície irrigada com sistemas mais eficientes. PI a mobilizar: 5.1, 5.2, 6.1 e M4 FEADER Eixo E3: Emprego Obj. estratégico: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego. Obj. específicos: Apoiar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas e inativas; Desenvolver uma rede de viveiros de empresas. Principais resultados: Criação de postos de trabalho em empresas e iniciativas de autoemprego. PI a mobilizar: 8.3 e 8.8 Eixo E4: Inclusão social Obj. estratégico: Promover a inclusão social, combater a pobreza e a discriminação e melhorar o acesso a serviços sociais. Obj. específicos: Apoiar medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco; Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; Potenciar parcerias de caráter inovador para intervenção social; Qualificar e adequar a rede de equipamentos e infraestruturas sociais; Melhorar acesso a serviços sustentáveis e de qualidade Principais resultados: Mobilização de elementos pertencentes a comunidades marginalizadas e grupos de risco, melhorando a sua empregabilidade ou participação em atividades socialmente necessárias; Melhoria na qualidade e diversidade de serviços sociais disponibilizados. PI a mobilizar: 9.1, 9.4 e 9.7 Eixo E5: Educação e acesso ao ensino Obj. estratégico: Melhorar as condições de acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Obj. específicos: Promover o sucesso educativo; Reduzir e prevenir o abandono escolar; Promover a igualdade no acesso ao ensino; Complementar a rede de equipamentos de educação pré-escolar e ensino básico. Principais resultados: Diminuição do abandono e o insucesso escolar; Melhoria das taxas de cobertura por equipamentos qualificados. PI a mobilizar: 10.1 e 10.5 Eixo E6: Modernização da administração local Objetivo estratégico: Melhorar o acesso aos serviços públicos, bem como a sua utilização e qualidade Objetivos específicos: Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais; Melhorar a eficiência interna da administração pública. Principais resultados: Aumento da disponibilidade e da utilização de serviços públicos locais online. PI a mobilizar: 2.3

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	E3 - Emprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	518,00	863,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	6 471 350,58€

08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	E3 - Emprego	Empresas que beneficiam de apoio	16,00	79,00	Postos de trabalho criados	22,00	111,00	1 982 543,03€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	E1 - Eficiência Energética	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	4403694,00	17614777,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	233645,00	226765,00	9 129 610,05€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	E4 - Inclusão Social	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	2,00	9,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	2 210 444,27€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	E5 - Educação e Ensino	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	3 566 898,53€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	E5 - Educação e Ensino	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	590,00	2361,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,39	83,09	12 750 000,00€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	E6 - Modernização Administrativa	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	3,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	50,00	1 927 454,48€

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	E6 - Modernização Administrativa	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	83,00	100,00	0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E4 - Inclusão Social	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	1566,00	2611,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	6 526 616,22€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E4 - Inclusão Social	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	114,00	303,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	180 540,50€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	E4 - Inclusão Social				Acrescimo de utentes nos equipamentos sociais	2,00	5,00	0,00€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	E5 - Educação e Ensino				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	7650,00	12800,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	580,00	1160,00				500 000,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental				Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta	5,00	15,00	0,00€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	E4 - Inclusão Social	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	2,00	6,00				996 162,29€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	E4 - Inclusão Social				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E4 - Inclusão Social	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	79,00	212,00				1 797 750,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E4 - Inclusão Social				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	400,00	500,00				880 175,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	828400,00	1035500,00				0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	1,00	1,00				127 500,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	6,00	6,00	0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1,00	1,00				212 500,00€

05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental				Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	3,00	10,00	0,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental	População abrangida pelas campanhas de sensibilização e informação	408851,00	408851,00				297 500,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	E2 - Valorização Territorial e Ambiental				Grau de adesão do público-alvo da campanha/ação	10,00	20,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	19 539 318,12€
FEDER	28 000 051,83€
FC	1 137 500,00€
FEADER	880 175,00€
Total	**49 557 044,95€**

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O PDCT do Cávado contemplava na sua versão original um valor total de investimento (despesa pública) que ascende a 211 milhões de euros. Após o processo de avaliação e o designado processo negocial, o PDCT do Cávado sofreu uma compressão para um valor total de investimento de 57 milhões de euros.
Em termos de repartição por Eixos do programa de ação, destaca-se a concentração em 2 tipologias, só por si representando 45% do total alocado ao ITI (as metas indicadas referem-se a 2023):
- Eixo E5 (educação e acesso ao ensino), com 19 milhões de euros, sendo 15 milhões de euros referentes à tipologia 10.5 (infraestruturas do pré-escolar e do ensino básico). Esta intervenção irá melhorar as condições de equipamentos que servem cerca de 2361 alunos dos vários níveis de ensino. Por seu lado, o plano intermunicipal de combate ao insucesso escolar ambiciona obter resultados positivos em pelo menos 50% dos agrupamentos escolares da região.
- Eixo E1 (eficiência energética), com 9 M€, todos na tipologia 4.3 (eficiência energética em equipamentos locais), pretendendo reduzir o consumo de energia primária nos edifícios públicos em mais de 17 milhões de kWh/ano.

No que respeita às fontes a mobilizar para a quantificação dos indicadores (mecanismos de recolha de dados), elas são de três tipos principais:
- Estimativas, propostas e fundamentações apresentadas nas próprias operações apoiadas, através das equipas dos projetos das entidades promotoras e/ou dos relatórios de execução anual dos projetos.
- Inquérito aos beneficiários finais a aplicar pelo promotor ou pela própria CIM, nomeadamente para avaliar a permanência no emprego apoiado ou o grau de transição para a situação de ativos dos participantes em atividades sociais.
- INE - dados da população por grupo etário (estatísticas oficiais), nomeadamente para o cálculo da percentagem população abrangida pelas ações apoiadas.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O modelo de gestão e organização que assegurará a implementação do pacto enquadra-se no modelo de governação global da EIDT reconhecida. Desta forma, assegura-se a gestão integrada da implementação do ITI com os outros instrumentos territoriais e intervenções previstas na EIDT, rentabiliza-se a estrutura e a capacidade de gestão instaladas na CIM Cávado, bem como os mecanismos de acompanhamento globais a adotar, numa perspetiva de continuidade institucional eficiente.
No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.
Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCD que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal (no caso de ser um único membro não se revela necessário a existência de delegação de competências). A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.
No modelo de governação proposto para a EIDT referia-se que a implementação da Estratégia e a futura contratualização do ITI suscitam sobretudo a necessidade de, para além da Divisão Administrativa e Financeira, assegurar três unidades de intervenção no modelo de gestão e organização:
-Uma unidade dedicada à contratualização do ITI - ou seja, do atual Pacto.
-Uma unidade focada na coordenação e dinamização de projetos a liderar pela própria CIM e na animação de redes e parcerias com outros atores envolvidos na concretização da EIDT.
-Uma unidade focada na gestão e alimentação do sistema de informação necessário à monitorização, acompanhamento e autoavaliação da EIDT.
Embora seja evidente a importância de uma boa articulação com as restantes dimensões de concretização da EIDT, e o sistema de monitorização e avaliação deva ser global e integrado, importa referir que o Pacto/ITI será o foco central em matéria de gestão operacional na CIM, pelo que estas Unidades serão aqui tratadas como o núcleo central do modelo de gestão e organização. As suas funções serão cobertas por uma estrutura que deriva diretamente da atual Unidade de Gestão do PTD do Cávado (e, portanto, tem experiência e competências reconhecidas nestas matérias).
Globalmente, o modelo é o seguinte:
-O Conselho Intermunicipal da CIM Cávado (CI) lidera a EIDT e é politicamente responsável pela implementação do ITI.
-O Secretariado Executivo Intermunicipal, que dirige os serviços da CIM Cávado, estabelece a ligação permanente com o CI e coordena operacionalmente a implementação do ITI (e da EIDT).
-A Unidade de Contratualização de Fundos Comunitários (UCFC; unidade de gestão do Pacto) assume as funções de gestão e acompanhamento das operações incluídas no ITI e assegura o reporte regular às estruturas técnicas da (s) AG dos PO financiador (es).
Esta Unidade materializa-se numa Estrutura de Apoio Técnico (EAT), com funções de acompanhamento operacional, físico e financeiro, e de reporte de informação para efeitos de monitorização à respetiva Unidade (UMA) e segundo as exigências das AG dos PO financiadores. Esta estrutura articula-se, operacionalmente, com as duas outras Unidades que referimos, criadas no âmbito da governação e gestão da EIDT - cuja atividade, naturalmente, se estende a este Pacto:
-A Unidade de Coordenação e Dinamização da EIDT (UCD) é responsável pela preparação e coordenação de projetos da própria CIM Cávado, bem como pela animação de redes e parcerias com outros atores envolvidos na concretização da EIDT.
-A Unidade de Monitorização e Acompanhamento da EIDT (UMA) é também responsável pela alimentação do sistema de informação de suporte a essa monitorização, constituída a partir da atual estrutura na CIM, mas com reforço de valências técnicas e humanas.
Através dos diversos instrumentos de acompanhamento e monitorização, e por representação institucional do Conselho Intermunicipal, refere-se ainda o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI). Dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos das CIM/AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PTCD.
Cada uma das Unidades referidas integra, numa fase inicial, os seguintes recursos:
- UCFC - 1 D; 4 TS; 1 AT.
- UMA - 1 TS
- UCD - 2 TS
(D=dirigente; TS=técnico superior; AT=assistente técnico)

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

O modelo de gestão e organização de suporte à implementação do ITI, bem como a especificação das atividades e instrumentos a operacionalizar, atendem à necessidade de acompanhamento operacional, de monitorização estratégica e aos compromissos resultantes da contratualização com o(s) PO financiador(es). Dada a relevância e coerência da estratégia e do plano de ação do ITI com a EIDT, o sistema proposto para o ITI enquadra-se no sistema alargado da EIDT, cobrindo este último outros domínios, projetos e promotores para além dos que são objeto da contratualização. O acompanhamento do ITI atende ao modelo de governação e à estrutura funcional de recursos da CIM, sendo assegurado pelas seguintes unidades:
-Unidade de Contratualização de FC, que fará sobretudo o acompanhamento operacional dos processos resultantes da contratualização do ITI e reportará informação destinada aos diferentes processos e instrumentos de monitorização a liderar pela UMA.
-Unidade de Monitorização e Acompanhamento, que assumirá as funções de monitorização da implementação da EIDT e do Pacto/ITI. A atividade desta unidade é suportada num sistema de informação adequado. A informação nele integrada e a resultante dos diversos exercícios regulares de monitorização deverão ainda alimentar site da CIM Cávado, enquanto plataforma de divulgação, assim como exercício de Avaliação Intercalar do ITI previsto para o primeiro semestre de 2019.
Ao nível do acompanhamento operacional dos processos resultantes da contratualização do ITI, a EAT afeta à UCFC assumirá as seguintes funções e utilizará os seguintes mecanismos de suporte:
-Apoio e gestão preventiva das intenções de investimento municipal e das operações previstas no Plano de Ação do ITI, de acordo com a abertura de concursos.
-Acompanhamento da execução física e financeira das operações aprovadas, nomeadamente através de missões de acompanhamento e de reuniões de trabalho com os promotores, destinadas à análise das condições de progressão, à identificação de constrangimentos à boa execução e à proposta de soluções.
-Elaboração de reportes informativos para tratamento pela UMA e remissão à(s) AG do(s) PO financiadores, de acordo com os instrumentos e periodicidades acordadas (ex. produção de inputs informativos necessários para os relatórios de execução anual do PO).
-Gestão e manutenção da bateria de indicadores, de realização e de resultado, de suporte ao acompanhamento das operações. A definição desta bateria de indicadores atenderá às orientações e domínios de contratualização, tendo em vista contribuir para a concretização dos resultados da ITI, da EIDT e do(s) PO financiador(es), assegurando a manutenção da cadeia de objetivos.
-Utilização e alimentação do sistema de informação de apoio à implementação do próprio PO financiador, permitido pelo acesso autorizado enquanto entidade contratualizada para a gestão do ITI (cobertura dos processos de submissão de candidaturas, de submissão de despesa, de apresentação e extração de relatórios de execução, etc).
Ao nível do acompanhamento estratégico, a EAT da UMA assumirá a programação e execução de atividades regulares de acompanhamento estratégico do Pacto/ITI, de forma integrada com as atividades de monitorização da EIDT como um todo. As atividades de acompanhamento a desenvolver visam analisar e refletir sobre informação relativa aos investimentos integrados no plano de ação, nomeadamente quanto ao contributo destes para a concretização dos resultados com meta quantificada, bem como elaborar reportes informativos para animação dos espaços de reflexão a operacionalizar e para a satisfação de compromissos assumidos com a(s) AG do(s) PO financiador(es). A monitorização estratégica incidirá ainda sobre o funcionamento da rede/ parcerias a envolver na concretização da estratégica, apoiando-se num conjunto de indicadores específicos. Estas atividades de monitorização suportar-se-ão nos seguintes mecanismos:
-Reuniões do CEDI, onde serão levados pontos de situação da implementação do ITI, enquanto parte importante da concretização da EIDT, e debatidos de forma integrada os resultados alcançados face às metas a atingir. Dada a rede de entidades relevantes presentes neste fórum de reflexão estratégica, estes momentos serão também utilizados para a recolha de informação sobre aspetos do desenvolvimento temático do território, bem como do estado de implementação das DLBC, do Pacto para a Empregabilidade, do Programa Incentivo Jovem, etc.
-Painéis de monitorização e avaliação de resultados: Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), constituídos por entidades participantes no CEDI e por entidades/personalidades cruciais para testemunhar e analisar criticamente os resultados das ações preconizadas pela EIDT, nomeadamente pelo Pacto/ITI. Os temas dos grupos serão determinados a partir das prioridades estratégicas da EIDT e das prioridades de investimentos específicas mobilizadas pelo ITI.
-Gestão e manutenção de indicadores de objetivos quantificados, de suporte ao acompanhamento estratégico do ITI. A definição da bateria de indicadores de objetivo atende ao plano de ação de concretização do ITI, aos objetivos e prioridades mobilizadas, bem como à necessidade de contribuir para os objetivos e metas do(s) PO financiador(es).

-Gestão e manutenção de indicadores de avaliação do nível de funcionamento da parceria preconizada pela implementação do ITI, bem como indicadores resultantes da comunicação e divulgação das intervenções ao nível do ITI.
-Elaboração de relatórios semestrais de monitorização da ITI, nomeadamente com vista a contribuir para os relatórios semestrais e anuais de autoavaliação a elaborar para a EIDT como um todo, bem como para apoiar o exercício de avaliação a realizar em 2019.
AVALIAÇÃO
Ao nível da EIDT podem identificar-se dois mecanismos de avaliação:
-Autoavaliação, realizada incorporando a informação do sistema de monitorização com a de indicadores de desempenho da toda a estrutura de gestão, aos diversos níveis. É da responsabilidade da UMA. Os indicadores de desempenho referem-se às atividades de envolvimento de parceiros (encontros, efeitos de alavancagem, etc.), às ações correntes de gestão de processos (tempo afeto a atividades, tempos médios de decisão, etc.) e aos processos de resolução de problemas ou situações não correntes, por referência a objetivos e padrões de qualidade de gestão. Esta autoavaliação será objeto de relatórios semestrais, disponibilizados ao Conselho Executivo Intermunicipal e aos diversos GTT do CEDI.
- Avaliação externa. Esta modalidade permitirá incorporar uma leitura externa e independente acerca da implementação da estratégia. Neste contexto, a avaliação terá uma abordagem específica ao Pacto. Será realizada em 2019, focada no grau de cumprimento de objetivos (medido a partir do cumprimento das metas estabelecidas para final de 2018) e nas alterações de contexto entretanto ocorridas, permitindo introduzir alterações estruturais ou pontuais ao Pacto.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Já vimos, noutro ponto desta candidatura, que há, ao nível do modelo de acompanhamento do Pacto, uma perspetiva que respeita à participação ativa dos atores territoriais relevantes - o envolvimento do CEDI ao nível do acompanhamento estratégico garante que entidades como CCDR Norte, Universidade do Minho, IPCA, Universidade Católica, INL, IEFP, CRSS - Braga, Dir. Reg. Agricultura, APA- Agência Portuguesa de Ambiente Norte, Dir. Reg. Cultura do Norte, UDIPSS Braga, Tecminho, Arquidiocese de Braga, ICNF, ATAHCA, Associação Quadrilátero, AI Minho, AC Braga, ACI Barcelos e ACI Esposende são corresponsabilizadas pelo sucesso da estratégia.

Neste capítulo, importa assinalar também o envolvimento de parceiros na implementação das operações que integram o plano de ação do Pacto.
No quadro da EIDT, o Pacto é de grande relevância, embora o seu âmbito temático seja relativamente limitado (em função das tipologias que correspondem às PI integráveis neste ITI). Estas são, essencialmente, de matriz pública local - ou seja, do âmbito de intervenção das autarquias -, pelo que o quadro de intervenção direta dos municípios (incluindo, em alguns casos, entidades do setor público empresarial municipal) é privilegiado.
Há, no entanto, algumas linhas que não correspondem a áreas tradicionais de intervenção municipal, em que é decisiva a participação de entidades parceiras. Realça-se que a capacidade dessas entidades para promover esses instrumentos de política permitem apresentar propostas ambiciosas, mas realistas, de investimento. Trata-se, sobretudo, de ações no quadro do Eixo 3 (Emprego), mobilizando as PI 8.3 e 8.8 em grandes projetos: políticas ativas de emprego (com o IEFP) e rede de promoção do empreendedorismo no Cávado (com a InvestBraga, o Instituto Empresarial do Minho e a ACI Barcelos).

Em geral, assinala-se o grande número de casos de envolvimento e corresponsabilização explícita de entidades parceiras pela implementação de alguns projetos. A lista seguinte apresenta uma síntese exemplificativa desse envolvimento:

PI 2.3. Theatro Circo, Clubes, Associações Desportivas
M 3.4. FEADER. Juntas de Agricultores de Regadio (várias)
PI 4.3. Agência de Energia do Cávado
PI 8.3. e PI 8.8. IEFP, Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, InvestBraga, IEMinho e Associação Comercial e Industrial de Barcelos
PI 9.1. Agrupamento de Escolas D. Maria II, Associação De Ocupação Constante, Cruz Vermelha Portuguesa
PI 9.7. Uma importante presença de IPSS e outras entidades que prestam apoio social, em diversas temáticas, no nosso território.
PI 10.1. Municípios, ES Henrique Medina, Agrupamento Escolas António Correia de Oliveira, Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas D. Maria II, Agrupamento de Escolas de Maximinos e Agrupamento Escolas das Marinhas
PI 10.5. Ministério da Educação

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
10.05	Escola EB 2,3 de Amares	506797627	Município de Amares	2 380 000,00€	2015	Amares	100,00
10.05	Escola Secundária de Amares	506797627	Município de Amares	99 303,00€	2016	Amares	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente do Concelho de Amares	506797627	Município de Amares	225 000,00€	2015	Amares	100,00

03.M04	Regadios de S. Bartolomeu, Pereira e Monte Chão	E11111111'	Junta de Agricultores do Regadio de S. Bartolomeu, Pereira e Monte Chão	40 000,00€	2016	Amares	100,00
03.M04	Regadios de Perreiro e Além d' Água	E11111111:	Junta de Agricultores do Regadio de Perreiro e Além d' Água	88 000,00€	2016	Amares	100,00
04.03	Edifício dos Paços do Concelho	506797627	Município de Amares	269 040,03€	2015	Amares	100,00
04.03	Melhoria de eficiencia energetica na Piscina Municipal Coberta	506797627	Município de Amares	161 424,02€	2016	Amares	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Complexo desportivo municipal	506797627	Município de Amares	80 712,01€	2015	Amares	100,00
04.03	Reconversão dos sistemas de aquecimento dos equipamentos escolares do concelho	506797627	Município de Amares	322 848,04€	2016	Amares	100,00
04.03	Eficiência energética na iluminação de espaços públicos e monumentos	506797627	Município de Amares	80 712,01€	2015	Amares	100,00
09.04	Luz de presença	506797627	Município de Amares	72 964,00€	2016	Amares	100,00
09.01	Projecto para desenvolvimento de atividades no âmbito da leitura e da escrita nas bibliotecas "O meu amigo livro"	506797627	Município de Amares	75 000,00€	2016	Amares	100,00
09.07	Infraestruturas sociais Amares	506797627	Município de Amares	310 329,03€	2016	Amares	100,00
10.05	EB1 de VÁRZEA	505584760	Município de Barcelos	1 510 696,50€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Roriz	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Martim	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Pousa	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Gueral	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Carapeços	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Parelhal	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Galegos Sta Maria	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Galegos S. Martinho	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Abade do Neiva	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00

10.05	Escola EB1 de Milhares	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Cambezes	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Moure	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Remelhe	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Aldão	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Macieira de Rates	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Cristelo	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola EB1 de Silva	505584760	Município de Barcelos	125 000,00€	2016	Barcelos	100,00
10.05	EB1 de FRAGOSO (pavilhão)	505584760	Município de Barcelos	637 500,00€	2016	Barcelos	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente do Concelho de Barcelos	505584760	Município de Barcelos	1 284 006,90€	2015	Barcelos	100,00
02.03	Implementação/adaptação dos Sistemas de Informação Geográfica Municipal para suporte à prestação de serviços eletrónicos	505584760	Município de Barcelos	30 573,62€	2015	Barcelos	100,00
02.03	Reestruturação/Certificação das redes informáticas de modo a melhorar a relação com o Cidadão/Utilizador	505584760	Município de Barcelos	65 514,90€	2017	Barcelos	100,00
03.M04	Regadio de Samo e Banho	E11111111	Junta de Agricultores de Samo e Banho	94 000,00€	2016	Barcelos	100,00
03.M04	Regadio do Outeiro	E11111111	Junta de Agricultores do Outeiro	120 000,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Edifício Paços do Concelho	505584760	Município de Barcelos	109 140,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Edifício Biblioteca Municipal	505584760	Município de Barcelos	78 200,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Edifício Casa do Rio	505584760	Município de Barcelos	74 800,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Carapeços	505584760	Município de Barcelos	85 000,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Escola Básica/Jardim de Infância de Perelhal	505584760	Município de Barcelos	68 850,00€	2015	Barcelos	100,00

04.03	Melhoria de eficiência energética no Escola Básica/Jardim de Infância de Milhazes	505584760	Município de Barcelos	51 850,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Cambeses	505584760	Município de Barcelos	68 850,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Abade de Neiva	505584760	Município de Barcelos	57 290,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Areias de Vilar	505584760	Município de Barcelos	46 750,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Galegos Santa Maria	505584760	Município de Barcelos	69 700,00€	2015	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Galegos São Martinho	505584760	Município de Barcelos	69 700,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Moure	505584760	Município de Barcelos	46 750,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Remelhe	505584760	Município de Barcelos	51 850,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Básica/Jardim de Infância de Aldão	505584760	Município de Barcelos	60 690,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no EB 1/JI do Barrio	505584760	Município de Barcelos	73 100,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola de Paulinhos - Macieira de Rates	505584760	Município de Barcelos	73 100,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética na Escola Gonçalo Pereira	505584760	Município de Barcelos	117 300,00€	2016	Barcelos	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no Piscinas de Barcelos	505584760	Município de Barcelos	170 000,00€	2016	Barcelos	100,00
09.04	Projecto 3Is	505584760	Município de Barcelos	70 944,17€	2016	Barcelos	100,00
09.04	Pró-cuidador	505584760	Município de Barcelos	59 120,14€	2015	Barcelos	100,00
09.04	Sabedoria popular: intervir pelo saber	505584760	Município de Barcelos	70 944,17€	2016	Barcelos	100,00
09.04	Aquisição de equipamento e implementação de serviço de teleassistencia	505584760	Município de Barcelos	23 648,05€	2016	Barcelos	100,00
09.04	Centro de promoção de autonomia e reabilitação integral de doentes com AVC e doentes com demência	505584760	Município de Barcelos	177 360,44€	2016	Barcelos	100,00
09.04	Cantinho Terapêutico	505584760	Município de Barcelos	23 648,05€	2016	Barcelos	100,00

09.01	Escola de Verão de Voluntariado	505584760	Município de Barcelos	90 000,00€	2016	Barcelos	100,00
09.07	Infraestruturas sociais Braga	506901173	Município de Braga	587 284,70€	2016	Barcelos	100,00
10.05	Escola Básica Merelim S. Pedro	506901173	Município de Braga	680 000,00€	2016	Braga	100,00
10.05	EB1 de Gualtar	506901173	Município de Braga	650 000,00€	2016	Braga	100,00
10.05	Escola Secundária de Maximinos	506901173	Município de Braga	1 220 000,00€	2016	Braga	100,00
10.05	Escola Básica S. Lázaro	506901173	Município de Braga	807 500,00€	2015	Braga	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente do Concelho de Braga	506901173	Município de Braga	1 043 962,13€	2015	Braga	100,00
02.03	Melhorar a resposta ao cidadão, quer por via das implificação regulamentar e de processos internos, quer pela valorização de novos modelos organizacionais que permitam obtenção de ganhos de eficiencia de serviços partilhados	500463964	BRAGAHABIT EM	9 111,14€	2015	Braga	100,00
02.03	Modernização dos Serviços do Urbanismo para prestação de serviços eletrónicos e instrução de processos pelo cidadão	506901173	Município de Braga	160 400,49€	2016	Braga	100,00
03.M04	Regadio de Ribeiros de Souto ou Paços e Sancho	E11111111	Junta de Agricultores do Regadio de Ribeiros de Souto ou Paços e Sancho	162 000,00€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica Theatro Circo	500463964	Theatro Circo EM	27 075,32€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 Fraião	506901173	Município de Braga	46 171,54€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 Gualtar	506901173	Município de Braga	56 570,27€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 Figueiredo	506901173	Município de Braga	50 944,02€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica Padim da Graça	506901173	Município de Braga	19 492,42€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica Cabreiros	506901173	Município de Braga	36 718,64€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 Lomar	506901173	Município de Braga	21 904,83€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 S João Souto	506901173	Município de Braga	31 917,29€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica Ji Regadinhas	506901173	Município de Braga	13 811,12€	2015	Braga	100,00

04.03	Eficiencia energetica EBJI Arentim	506901173	Município de Braga	17 707,25€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica EB1 S Pedro dEste	506901173	Município de Braga	25 875,88€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica no edificio sede - Populo	506901173	Município de Braga	26 533,00€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energética no EDIFÍCIO CENTRAL DA PRAÇA DO MUNICÍPIO	506901173	Município de Braga	30 685,36€	2015	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica Estádio 1 Maio	506901173	Município de Braga	94 583,12€	2015	Braga	100,00
04.03	PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE	506901173	Município de Braga	225 627,67€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energética TÚNEL URBANO ENTRE A AVª ANTº MACEDO E A AVª DA LIBERDADE	506901173	Município de Braga	44 223,02€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energetica MERCADO DA Pª DO COMÉRCIO	506901173	Município de Braga	11 732,63€	2016	Braga	100,00
04.03	Eficiencia energética no MUSEU DA IMAGEM	506901173	Município de Braga	25 180,04€	2016	Braga	100,00
04.03	Edificio da sede da junta de freguesia de Morreira	506901173	Município de Braga	63 175,74€	2016	Braga	100,00
04.03	Edificio da sede da junta de freguesia de Figueiredo	506901173	Município de Braga	63 175,74€	2016	Braga	100,00
04.03	Centro Cultural Escola da Pateira	506901173	Município de Braga	18 050,21€	2016	Braga	100,00
04.03	Pavilhão Gminodesportivo de Mire de Tibães	506901173	Município de Braga	36 100,42€	2016	Braga	100,00
04.03	Pavilhão Gminodesportivo de Tadim	506901173	Município de Braga	72 200,85€	2016	Braga	100,00
04.03	Pavilhão do Hóquei Club de Braga	506901173	Município de Braga	36 100,42€	2016	Braga	100,00
04.03	Piscinas de Tebosa	506901173	Município de Braga	14 440,17€	2016	Braga	100,00
04.03	MERCADO CULTURALDO CARANDÁ	506901173	Município de Braga	10 017,86€	2015	Braga	100,00
04.03	BALNEÁRIOS DO EIXO DESPORTIVO	506901173	Município de Braga	8 664,10€	2016	Braga	100,00
04.03	Pavilhão e Piscina de Maximinos	506901173	Município de Braga	24 367,78€	2016	Braga	100,00
04.03	Sede da JF de Cabreiros	506901173	Município de Braga	45 125,53€	2016	Braga	100,00
04.03	Central de Camionagem	506901173	Município de Braga	72 200,85€	2015	Braga	100,00
04.03	Pousada da Juventude	506901173	Município de Braga	162 451,92€	2016	Braga	100,00
04.03	Parque de Exposições	506901173	Município de Braga	135 376,60€	2016	Braga	100,00
04.03	Casa dos crivos	506901173	Município de Braga	4 891,60€	2016	Braga	100,00

04.03	CRE- CENTRO DE RECURSOS EDUCATIVOS	506901173	Município de Braga	6 859,08€	2015	Braga	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no edificio Sede JF Merelim S Pedro	506901173	Município de Braga	162 451,92€	2015	Braga	100,00
09.01	Promover a inclusão social de grupos vulneráveis, em territórios urbanos desfavorecidos	504537784	BRAGAHABIT EM	100 931,40€	2015	Braga	100,00
09.07	Infraestruturas sociais Barcelos	505584760	Município de Barcelos	632 793,84€	2016	Braga	100,00
09.04	Braga + 65	506901173	Município de Braga	151 667,00€	2016	Braga	100,00
10.05	Escola Secundária Henrique Medina	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	2 252 500,00€	2016	Esposende	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado -- Componente do Concelho de Esposende	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	936 166,77€	2015	Esposende	100,00
03.M04	Regadio da Quinta do Dias	E11111111(	Junta de Agricultores do Regadio da Quinta do Dias	4 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no edifício sede Município de Esposende	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	100 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Piscinas Foz do Cávado	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	400 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Melhoria de eficiência energética no edifício da Esposende Ambient	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	3 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Estádios Municipais	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	20 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Postos Náuticos	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	18 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Pavilhões Gimnodesportivos	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	10 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Biblioteca	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	60 000,00€	2016	Esposende	100,00
04.03	Casa da Juventude	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	100 000,00€	2017	Esposende	100,00
04.03	Museu Municipal	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	60 000,00€	2016	Esposende	100,00
09.04	Programa envelhecimento activo	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	103 893,52€	2016	Esposende	100,00
09.01	Projeto Crescer com a Natureza	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	75 000,00€	2016	Esposende	100,00
09.07	Infraestruturas sociais Esposende	506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	327 232,43€	2016	Esposende	100,00
10.05	Escola EB2,3 de Rio Caldo	506907619	Município de Terras de Bouro	212 500,00€	2016	Terras de Bouro	100,00

10.05	Escola EB1 de Rio Caldo	506907619	Município de Terras de Bouro	212 500,00€	2016	Terras de Bouro	100,00
10.05	Escola EB1 do Gerês	506907619	Município de Terras de Bouro	212 500,00€	2016	Terras de Bouro	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente do Concelho de Terras de Bouro	506907619	Município de Terras de Bouro	337 500,00€	2015	Terras de Bouro	100,00
03.M04	Regadio do Rego do Eiro	E11111111	Junta de Agricultores do Regadio do Rego do Eiro	80 000,00€	2016	Terras de Bouro	100,00
03.M04	Regadio de Forge e do Poços	E11111111	Junta de Agricultores do Regadio de Forge e do Poços	66 000,00€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Museu da Geira	506907619	Município de Terras de Bouro	379 917,59€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Piscina Municipal na sede do concelho	506907619	Município de Terras de Bouro	253 278,39€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Centro de animação turística do Gerês, incluindo a piscina e clube de saúde	506907619	Município de Terras de Bouro	253 278,39€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Museu etnográfico de Vilarinho da Furna	506907619	Município de Terras de Bouro	126 639,19€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Edifício sede da Câmara Municipal	506907619	Município de Terras de Bouro	422 130,66€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Casa dos Bernardos	506907619	Município de Terras de Bouro	25 327,83€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Centro Náutico da Albufeira da Caniçada	506907619	Município de Terras de Bouro	211 065,33€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	EB 2/3 Terras de Bouro	506907619	Município de Terras de Bouro	189 958,79€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	Centro escolar de Terras de Bouro escola Padre Martins Capela	506907619	Município de Terras de Bouro	143 524,42€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	EB 2/3 de Rio Caldo	506907619	Município de Terras de Bouro	189 958,79€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	EB1/JI Vilar da Veiga (Gerês)	506907619	Município de Terras de Bouro	42 213,06€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	JI de Moimenta	506907619	Município de Terras de Bouro	42 213,06€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	EB1/JI Rio Caldo	506907619	Município de Terras de Bouro	42 213,06€	2016	Terras de Bouro	100,00
04.03	EB1/JI Valdosende	506907619	Município de Terras de Bouro	42 213,06€	2016	Terras de Bouro	100,00
09.04	Envelhecer a Sorrir – Promoção de Envelhecimento Ativo	506907619	Município de Terras de Bouro	30 000,00€	2016	Terras de Bouro	100,00
09.01	Aldeias comunitárias	506907619	Município de Terras de Bouro	100 000,00€	2016	Terras de Bouro	100,00

09.07	Infraestruturas sociais Terras de Bouro	506907619	Município de Terras de Bouro	311 629,29€	2016	Terras de Bouro	100,00
10.05	EB 23 Vila Verde	506641376	Município de Vila Verde	1 000 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
10.05	EB 23 Prado	506641376	Município de Vila Verde	1 000 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente do Concelho de Vila Verde	506641376	Município de Vila Verde	304 300,00€	2015	Vila Verde	100,00
02.03	Laboratório do Conhecimento (Inovação, Ilteracia e Criação Digital)	506641376	Município de Vila Verde	33 063,53€	2016	Vila Verde	100,00
02.03	Rede de Cidades Inteligentes-Desmaterialização e Optimização de Processos	506641376	Município de Vila Verde	206 316,45€	2016	Vila Verde	100,00
03.M04	Regadios do Ilhó	E11111111	Junta de Agricultores do Regadio de Ilhó	189 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
03.M04	Regadio de Meia Pia e Olheiro	E11111101	Junta de Agricultores do Regadio de Meia Pia e Olheiro	157 500,00€	2016	Vila Verde	100,00
03.M04	Regadio da Levada de Escatela	E11111101	Junta de Agricultores do Regadio da Levada de Escatela	17 500,00€	2016	Vila Verde	100,00
03.M04	Regadios Levada do Paulinho	E11111101	Junta de Agricultores do Regadios Levada do Paulinho	17 500,00€	2016	Vila Verde	100,00
04.03	Piscinas de Prado	506641376	Município de Vila Verde	100 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
04.03	Estádio Municipal	506641376	Município de Vila Verde	100 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
04.03	Piscinas de Vila Verde	506641376	Município de Vila Verde	300 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
04.03	Casa do Povo de Ribeira do Neiva	506641376	Município de Vila Verde	200 000,00€	2016	Vila Verde	100,00
09.07	Infraestruturas sociais Vila Verde	506641376	Município de Vila Verde	431 253,34€	2016	Vila Verde	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado – Componente Intermunicipal	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	65 415,39€	2015		100,00
02.03	Digitalização, custódia e administração de arquivos municipais	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	204 420,78€	2015		100,00
02.03	Portal de acesso do cidadão e Atendimento (multicanal e multiplataforma)	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	106 627,64€	2015		100,00

02.03	Instalação/requalificação de Balcão Único Municipal, espaços do cidadão e unidade móvel	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	285 432,21€	2015		100,00
02.03	Reengenharia e certificação de processos (alargamento do n. de serviços municipais certiticados)	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	393 461,68€	2016		100,00
02.03	Administração em rede: - Plataforma de articulação Municípios- Juntas Freguesia - Plataforma Intermunicipal de apoio à gestão e desenvolvimento local - Plataforma para serviços de acção social - TIC para a gestão da relação com o utilizador - Rede de "associativismo desportivo" para gestão administrativa e financeira - Plataforma de gestão de espaços desportivos on-line, carta desportiva on-line e procura e oferta desportiva - iAdministration	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	772 671,03€	2016		100,00
04.03	Edifício sede da CIM Cávado	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	61 391,62€	2015		100,00
04.03	Projeto de Iluminação pública nos 6 concelhos da NUT III Cávado. Trata-se da substituição de luminárias de alto consumo por luminárias baseadas em tecnologia LED, tecnologia que garante uma importante diminuição dos consumos. O projeto será implementado em cada um dos 6 municípios da NUT Cávado.	509401848	AGÊNCIA DE ENERGIA DO CÁVADO	2 814 334,14€	2016		100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente da Entidade Intermunicipal	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	3 159 230,93€	2015		100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Cávado nas vertentes de promoção, sensibilização e incubação (mapeamento em curso)	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	2 099 163,20€	2015		100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	3 692 787,31€	2015		100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente da CASES	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	380 667,68€	2016		100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente do IPDJ	510089224	IPDJ	380 667,68€	2016		100,00

08.08	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente da CASES	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	116 620,17€	2016		100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Cávado: Componente do IPDJ	510089224	IPDJ	116 620,17€	2016		100,00
09.04	Plano gerontológico intermunicipal	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	77 553,20€	2016		100,00
09.04	Mais Idade no Cávado	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	310 212,82€	2016		100,00
09.01	Colored	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	22 048,23€	2016		100,00
09.01	Bolsa especializada do Cávado	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	62 400,00€	2015		100,00
09.01	Projetos de inlcusão ativa pela arte	508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	1 742 020,35€	2015		100,00
09.01	Bolsa de voluntariado	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	60 000,00€	2016		100,00
09.01	Contratos emprego-inserção	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	7 678 372,02€	2015		100,00

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	NIF	508779472
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	24-07-2015		